

ARISTÓTELES EM MACONDO

*Reflexões sobre poder, democracia e
revolução na América Latina*

Atilio A. Boron

ARISTÓTELES EM MACONDO

*Reflexões sobre poder, democracia e
revolução na América Latina*

Tradução Fernando Correa Prado

||| PÃO E
ROSAS

Rio de Janeiro,
outubro de 2011

COPYRIGHT © 2011, Atilio Boron

Título: ARISTÓTELES EM MACONDO –

Reflexões sobre poder, democracia e revolução na América Latina

Tradução: Fernando Correa Prado

Coordenação editorial e projeto gráfico: Bruno Cruz

Preparação de texto: Rodrigo Castelo

Copidesque: Rita Jobim

Revisão: Viviane Vaconcelos e Vania Santiago

Este livro foi composto seguindo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Decreto 6.583/2008).

Pão e Rosas editora

Caixa postal 16216 | Cep 22221-971 | Largo do Machado | Rio de Janeiro

Tel.: (21) 3549-1874

editorial@paoerosas.com.br | www.paoerosas.com.br

ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Lioara Mandoju CRB75331

B736a Boron, Atilio, 1954-.
Aristóteles em Macondo: reflexões sobre poder, democracia e revolução na América Latina/
Atilio A. Boron; tradução, Fernando Correa Prado.– Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2011.
160 p.; 21 cm.
Tradução de: Aristóteles en Macondo: notas sobre el fetichismo democrático en
América Latina.
Bibliografia: p. 151-156.
ISBN 978-85-62501-05-0

1. América Latina – Política e governo. 2. América Latina – Condições econômicas. 3.
Democracia – América Latina. 4. Capitalismo – América Latina. 5. Movimentos sociais –
América Latina. I. Título.

CDD338.98

Sumário

Prólogo 7

Capítulo 1

Aristóteles em Macondo:
notas sobre o fetichismo democrático na América Latina 21

Capítulo 2

O que aconteceu com as nossas democracias? 47

Capítulo 3

O tema do poder no pensamento de esquerda da América Latina 71

Capítulo 4

Notas sobre um extravio teórico-político no pensamento crítico
contemporâneo 123

Referências bibliográficas 151

Prólogo
Atilio Boron

O livro que a leitora ou o leitor de língua portuguesa tem agora em mãos é produto de uma reflexão desenvolvida durante longos anos sobre a difícil e inacabada constituição de uma ordem democrática na América Latina. Uma reflexão que, tratando de ser realista, não deixa de lado o exame da questão do poder. Conforme nos lembram os clássicos do pensamento marxista, essa é a questão fundamental de toda revolução e, portanto, de todo projeto que tenha conotações revolucionárias, como é o caso da luta pela democracia em seu sentido mais profundo.

A perspectiva teórica geral que perpassa toda esta obra se inscreve, sem nenhum ecletismo, na tradição marxista. A irreversível falência do saber convencional das ciências sociais – que seguidamente demonstra sua incapacidade de cumprir um dos preceitos elementares de todo saber que se pretenda científico, isto é, a predição dos grandes acontecimentos – recolocou o materialismo histórico como “a filosofia de nosso tempo”, lugar que lhe havia reservado Jean-Paul Sartre por volta dos anos 1950. A colocação de Sartre é hoje ainda mais verdadeira, dado que as ciências sociais em conjunto, e não apenas a filosofia, necessitam do pensamento marxista para estabelecer uma perspectiva crítica capaz de entender o mundo e, o que é mais importante, transformá-lo.

Comentamos sobre a insuficiência do saber convencional, que se prolifera nas universidades e academias do mundo todo apesar de sua incapacidade de prever acontecimentos de alcance histórico-universal (com a licença pelo abuso da linguagem hegeliana), tais como a queda das mal chamadas “democracias populares” do Leste Europeu, a desintegração da União Soviética e, há apenas algumas semanas, as grandes insurreições populares que estão minando a ordem imperial imposta sobre o mundo árabe. No caso específico da ciência política, essa incompetência levou ao absurdo de definir como democráticos certos regimes políticos que na verdade apresentam tão somente a retórica e, quando muito, alguns traços do aparelho institucional e dos direitos de cidadania próprios de uma genuína democracia.

Os trabalhos reunidos neste volume expressam um pensamento que se move na contramão das ideias dominantes. Defendem a necessidade de se redefinir, com critérios rigorosos, a verdadeira natureza dos regimes políticos instaurados na América Latina e no Caribe ao serem substituídas as sinistras ditaduras que assolaram nossos países nos anos 1960 e 1970. Teria sido de fato uma transição de regimes autoritários, mais ou menos brutais e despóticos, em direção à tão desejada democracia, tal como se apresenta normalmente? A resposta afirmativa a essa pergunta supõe uma concepção, em geral implícita no saber convencional, que identifica a democracia com a existência de um regime eleitoral e um sistema de partidos. Para além da importância que possam ter em diferentes contextos históricos, essas duas características são exaltadas pela ciência política como a quintessência da democracia, sem se importar muito com o atributo que desde a Atenas clássica até hoje constitui o traço fundamental de toda democracia: o governo do povo – ou então, para usar a mais explícita fórmula de Abraham Lincoln: governo do povo, pelo povo e para o povo. Acaso essas honrosas definições de democracia, tão

enaltecidas com o passar do tempo, têm algo a ver com as “democracias realmente existentes” que conhecemos na América Latina? E até que ponto as consolidadas democracias que imperam no capitalismo avançado satisfazem os requisitos do conceito? Será que deveríamos, por exemplo, pensar na democracia estadunidense como uma democracia madura, sendo que menos da metade da população adulta toma parte numa eleição presidencial, que além de tudo é realizada em dia útil, e em que, conforme vários observadores apontam, a concorrência eleitoral não existe no plano das ideias, de modo que os projetos se reduzem exclusivamente ao *fundraising*, ou seja, a buscar o apoio financeiro das grandes empresas em cujo nome governará posteriormente o vencedor da disputa? Por certo, não é preciso muito esforço para imaginar o espanto ou o desprezo que um regime político desse tipo provocaria em Péricles ou no já mencionado Abraham Lincoln. Não menor seria o estupor ao serem informados de que o governo de Silvio Berlusconi na Itália é visto como um expoente das democracias europeias, a despeito do seu titular deter o controle monopólico dos grandes meios de comunicação de massa e forjar toda espécie de inescrupulosas alianças com os setores mais abastados do seu país. Assombro igual sofreriam se lhes dissessem que em outra democracia europeia, neste caso a Espanha, um governo supostamente progressista enfrenta a nova crise do capitalismo reduzindo brutalmente a renda dos trabalhadores e retirando antigos direitos sociais com o objetivo de atrair o favor dos grandes investidores. Certamente nenhum desses regimes poderia ser chamado de democracia, caso se considere o significado profundo do termo. E esse panorama pode ser ainda pior se observarmos a América Latina, onde o restabelecimento da democracia – ou melhor, de regimes pós-ditatoriais ou de novas formas de plutocracia – teve como aberrante consequência acentuar a desigualdade econômica e social na região mais desigual do planeta.

Em vários trabalhos anteriores, e de forma abertamente contraposta ao discurso acadêmico dominante, temos insistido na tese da incompatibilidade existente na relação entre capitalismo e democracia (Boron, 2000; 2008). Esses são termos que se repelem profundamente: maior democracia significa menos capitalismo; mais capitalismo é possível somente restringindo a democracia. O capitalismo é dominação de classe; a democracia, domínio das majorias, que, como Aristóteles já observava, estão formadas principalmente pelos pobres, oprimidos e explorados. O argumento para defender essas afirmações consiste em que, sendo a democracia um regime político fundado na igualdade – e nisso estão de acordo desde um grande teórico conservador como Alexis de Tocqueville até Karl Marx –, é impossível construir um ordenamento político desse tipo dentro de uma forma social como a capitalista, cuja característica constitutiva é precisamente a radical separação entre uma minoria proprietária dos meios de produção e uma grande massa de despossuídos, que somente podem tentar vender a própria força de trabalho nas melhores condições possíveis. Dado que no capitalismo a desigualdade é estrutural e tende a se aprofundar historicamente, a possibilidade de erigir um edifício democrático sobre um terreno tão inseguro somente existe quando se fazem significativos recortes no projeto democrático. A própria dinâmica dos mercados – em que o controle está depositado nos setores oligopolizados e é exercido verticalmente, de cima para baixo, com sua lógica excludente e sua insaciável tendência a mercantilizar todas as esferas da vida social – é radicalmente incompatível com as necessidades de uma ordem democrática, na qual o processo decisório deve ser ascendente, partindo da base, e cuja lógica, em contraste, prevê a ampliação da cidadania até cobrir o conjunto da população a partir da desmercantilização de tudo aquilo que o capitalismo mercantilizou.

A notável filósofa política Ellen Meiksins Wood examinou em detalhe essas contradições num livro que se tornou clássico: *Democracia contra capitalismo* (Wood, 1999). Ao se perguntar sobre as razões que permitiram a difícil coexistência do capitalismo com democracia, a autora sustenta que tal relação se deu somente à custa do abandono dos conteúdos essenciais do projeto democrático e do enaltecimento dos seus traços formais e protocolares. É por isso que no mundo atual dos capitalismo democráticos – expressão preferível a “democracias capitalistas”, pois ressalta o fato de que o substancial é o capitalismo, enquanto a democracia é apenas algo adjetivo – a vontade popular fica sempre subordinada aos imperativos do lucro e da acumulação do capital. Pelo menos desde a contrarrevolução neoliberal dos anos 1980 até hoje, as mais elementares condições necessárias para a conservação e a reprodução social da vida estão cada vez mais subordinadas aos requisitos impostos pela acumulação de capital e pelas leis de mercado, e isso tanto nos capitalismo avançados como na periferia. Na medida em que persiste o processo de mercantilização de antigos direitos (educação, saúde, seguridade social, recreação etc.), mais e mais esferas da vida social ficam excluídas dos mecanismos democráticos. O sociólogo dinamarquês Gösta Esping-Andersen sintetizou brilhantemente essa contradição ao afirmar que um método apropriado para analisar o desenvolvimento democrático de uma sociedade seria verificar a proporção de bens e serviços essenciais para a sustentação da vida humana acessíveis por fora das transações do mercado. Quando uma proporção majoritária desses bens e serviços somente pode ser assegurada através de mecanismos de mercado – tal como ocorre hoje em dia –, estamos diante de uma plutocracia, e não de uma democracia.

Dada essa premeditada confusão, a reflexão crítica sobre a democracia é atualmente mais necessária que nunca, especial-

mente na América Latina. O processo que gerou tantas expectativas nos anos 1980, quando se deram as famosas “transições à democracia”, ficou estancado numa situação muito distante da que se pretendia alcançar naquele momento histórico. Ficamos detidos na metade do caminho, presos a democracias de baixa intensidade e com frágil cidadania, nas quais o poder do capital saiu fortalecido. Por isso, passados trinta anos de transições – sem dúvida, um período exageradamente extenso, considerando que processos similares se deram na Europa em menos de dez anos –, o quadro que se configura apresenta traços oligárquicos, plutocráticos e até mesmo “cleptocráticos”, se pensamos nas inúmeras denúncias e suspeitas de corrupção associadas à imposição do neoliberalismo em contextos supostamente democráticos. As esperanças de que com o passar do tempo fossem construídas robustas democracias dignas desse nome terminaram por se desvanecer ou, quando muito, permaneceram ativas, porém em sua mínima expressão. Na maioria dos nossos países, os “avanços” democráticos foram acompanhados pela aplicação das políticas do Consenso de Washington, com suas sequelas de exclusão social, crescente injustiça distributiva e depredação do meio ambiente, de modo que, nessas condições, não existe democracia possível, não apenas na América Latina, mas também no mundo desenvolvido.

Os horrores do neoliberalismo provocaram vigorosas respostas populares em vários países da nossa região, a ponto de ostentar o justo título de primeira região a resistir e se rebelar contra o projeto imperial. O “Caracazo” em 1989; a rebelião dos zapatistas mexicanos em 1994; a guerra da água na Bolívia em 2000 e do gás em 2003, que colocou o ponto final no governo entreguista de Gonzalo Sánchez de Lozada; a outra guerra da água no Peru em 2003; as rebeliões indígenas e camponesas no Equador, que em menos de dez anos derrubaram três presidentes

servis ao imperialismo; as lutas dos piqueteiros argentinos em oposição às privatizações decretadas pelo governo de Carlos Saúl Menem e, também na Argentina, as grandes jornadas de luta de dezembro de 2001, que culminaram na renúncia do então presidente Fernando de la Rúa; e, *last, but not least*, a incansável luta dos trabalhadores rurais sem terra no Brasil: todos esses processos são exemplos da heroica história de resistência escrita pelos nossos povos.

A reação às imposições das políticas neoliberais, unidas às falências e ao formalismo vazio da democracia liberal, engendraram em alguns países uma série de governos de esquerda, tal como ocorreu na Venezuela, na Bolívia e no Equador. A emergência de vigorosos processos de insurgência popular, alguns deles encabeçados por notáveis políticos como Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa, cujas lideranças foram ratificadas em numerosas consultas eleitorais, junto à heroica resistência da Revolução Cubana durante meio século de agressões de todo tipo, transformou positivamente o mapa sociopolítico da região. Unidas a essas experiências radicais – que, entre outras coisas, introduziram significativas reformas políticas e constitucionais que melhoraram substancialmente a qualidade dos seus mecanismos democráticos –, convivem outras experiências mais moderadas, ainda tributárias do decadente modelo de democracia liberal, o que se observa principalmente no Brasil, na Argentina e no Uruguai. É preciso assinalar, contudo, que a moderada reorientação à esquerda nesses três últimos países se deu, não casualmente, após o catastrófico fim do experimento neoliberal na Argentina, que gerou a percepção, por parte das classes dominantes, dos perigos de uma nova revolta social que levasse as massas a tomar as ruas e praças de assalto, podendo transitar a situações análogas às da Venezuela, Bolívia e Equador. Diante do pânico produzido por um cenário tão “apocalíptico”, as direitas argentina, brasi-

leira e uruguaia consideraram razoável ceder algumas posições e dar espaço a candidaturas como as de Luiz Inácio Lula da Silva, Néstor Kirchner e Tabaré Vázquez, em lugar de esticar mais a corda e correr o risco de perder suas posições privilegiadas.

A partir desse momento, os governos do Brasil, da Argentina e do Uruguai se consolidaram como pontas de lança de uma moderada “centro-esquerda” na América do Sul. Contudo, após uma década, e atenuados alguns fatores que os levaram à ascensão, é notório nesses governos uma tendência a deslocar o pêndulo político ao centro, engavetando as bandeiras da esquerda para um futuro nebuloso. Se, por um lado, os governos de Lula, Kirchner e Vázquez buscaram com variado êxito aliviar as condições de vida dos setores mais empobrecidos e excluídos dos seus países, por outro lado é evidente que os principais determinantes da política econômica seguiram enquadrados no paradigma econômico estabelecido.

A nova crise geral do capitalismo, que tem assolado grande parte dos países europeus e dos Estados Unidos, ainda não chegou com toda sua força aos países do Sul, e a “cartada chinesa” dificilmente poderá sustentar por muito tempo o estímulo a economias periféricas como as do Brasil, da Argentina e do Uruguai, que seguem relativamente desindustrializadas e bastante vulneráveis. Além disso, a crescente agressividade do imperialismo estadunidense sobre a América Latina corrói ainda mais as bases das frágeis democracias da região, que parecem sobreviver em função exclusiva da sua capacidade de moderar as próprias demandas e aceitar um permanente corte dos direitos de cidadania. Alguns acontecimentos refletem bem o projeto do império para os nossos países: a reativação da IV Frota dos Estados Unidos, posicionada poucas semanas após o então presidente Lula anunciar o descobrimento das jazidas petrolíferas do pré-sal; o progressivo cerco militar na grande bacia amazônica, região depositária de imensos

recursos naturais de que o imperialismo necessita com cada vez maior urgência e em maior proporção (petróleo, gás, minerais estratégicos, água, biodiversidade, alimentos); e a brutal ofensiva lançada contra Cuba, Venezuela, Bolívia e Equador, buscando acabar com os governos desses países, como se viu com a tentativa de golpe na Bolívia em 2008, a tentativa também frustrada de golpe militar e magnicídio no Equador em 2010, além do golpe exitoso em 2009 contra o governo de Honduras, que recém tinha aderido à Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba). Em outras palavras, a intenção do projeto imperial é acabar com Chávez e seus aliados bolivarianos; aumentar a pressão sobre Cuba, país que ficaria bastante desprotegido diante de uma eventual queda do chavismo; e acabar de “disciplinar” a vacilante centro-esquerda, para que esta se alinhe à nova ofensiva do império na região e se aproxime a outros países governados por uma direita que confia na submissão incondicional aos ditados do império como caminho seguro para a prosperidade e liberdade, como são os casos do México, Costa Rica, Honduras, Panamá, Colômbia e Chile. Aqueles que atuam dessa forma – e aqui entram os intelectuais que na atualidade justificam e defendem a subordinação ao império – ignoram os ensinamentos da história. Há cerca de dois mil anos, o povo de Israel estava submetido ao mesmo dilema: cooperar com a Roma de Augusto ou confrontá-la? Os *herodianos* se diziam realistas e propunham a cooperação, de modo que entronizavam seus deuses, cobravam e enviavam pontualmente a Roma os odiosos tributos imperiais e colaboravam com seus dominantes para preservar a ordem na região. A eles se opunham os *zelotes*, uma liga político-religiosa de caráter teocrático que professava um ardente e militante “fundamentalismo” judeu e acreditava que o reino de Messias devia ser estabelecido pela força. Ultracionalistas e fortemente xenófobos, os zelotes odiavam Roma e o “paganismo” dos romanos, recusando

do a “modernidade” representada por essa cidade, em contraste com as províncias mais remotas do império. O conflito entre essas duas facções terminou abruptamente quando a Judeia foi destruída pelos seus “protetores” imperiais, demonstrando que o “realismo” dos herodianos não passava de uma atitude derrotista, resignada e carente de imaginação.¹

Obviamente, não estamos propondo adotar a política dos zelotes. Nossa intenção é reafirmar que a única alternativa que temos para resistir à renovada pressão da Roma americana – para usar a expressão de José Martí –, que busca acabar com qualquer vestígio de autodeterminação dos povos, sem a qual a ordem democrática não pode existir, passa pelo reforço das iniciativas de integração supranacional, as mesmas que Washington combate constantemente, com ou sem quartel. A Alba é o projeto mais ambicioso da nossa região, mas ainda não alcança voo próprio devido à reticência dos governos da Argentina e do Brasil em se associar. O mesmo acontece com a importantíssima iniciativa que levou à criação do Banco do Sul. Reaparecem nessas atitudes reticentes as ilusões “herodianas” de que o imperialismo beneficiaria com toda sorte de vantagens e favores os países que se mantiverem atados às diretrizes de Washington e se afastarem do projeto bolivariano, crença esta desmentida mil e uma vezes desde os tempos de Augusto até os nossos dias. A recente visita de Obama a região, com suas decepcionantes declarações oficiais no Brasil e no Chile, deveria servir como sóbria lembrança das formas mediante as quais a Casa Branca reiteradamente tratou de sabotar todo e qualquer tipo de projeto de integração da América Latina. Especialmente no caso do Brasil, a astuta política seguida

1 Em relação à política exterior da década “menemista” na Argentina, examinamos este tema no artigo “Las transformaciones del sistema internacional y las alternativas de la política exterior argentina” (Boron, 1992).

por Washington foi a de distrair o Itamaraty com intermináveis conversas e promessas de garantir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, enquanto o Pentágono literalmente rodeava o Brasil de bases militares, com intenções não precisamente amistosas. A diplomacia do Departamento de Estado falava e o Pentágono atuava. As bases militares na Colômbia, no Peru, no Paraguai, e a base que provavelmente começará a funcionar na Guiana Francesa, têm como finalidade principal assegurar o total controle de acesso e circulação na Amazônia, fazendo pouco caso das jurisdições nacionais existentes na área. Derrocar Chávez é o objetivo imediato da estratégia imperial, mas isso não é o essencial. O que de fato importa é o controle da imensa bacia amazônica. A infantil distração do Itamaraty diante das inverossímeis promessas dos Estados Unidos – como pensar numa cadeira permanente para o Brasil e não para a Alemanha, Japão, Itália, Indonésia, Nigéria, Bangladesh, ou para duas potências atômicas como Índia ou Paquistão? – somente poderá ser efetivamente reparada com o fortalecimento das instâncias regionais de integração, seja a Alba, a Unasul ou mesmo o Mercosul, caso venha a se tornar algo mais que uma zona de livre comércio que maximiza os lucros de grandes transnacionais.

Todo esse quadro – formado pela debilidade do progresso democrático nos capitalismo periféricos, pelos impactos da crise mundial e pela beligerância do imperialismo – está por trás das reflexões contidas neste pequeno livro sobre a democracia e o poder. Ficaremos mais que satisfeitos se tais reflexões puderem contribuir para uma discussão de fundo sobre essa complexa problemática que aflige nossos povos. E, especialmente, se nesse processo despontar entre nós a ideia de que, dentro do capitalismo, não há solução aos males do próprio capitalismo. Se desejamos superar o holocausto social e ecológico produzido pela lógica do capital, devemos construir o quanto antes uma

ordem social, econômica e política claramente pós-capitalista, que seria, como alguns preferem chamar, um neossocialismo ou o socialismo do século XXI. Somente no amparo dessa nova formação econômica e social pós-capitalista será possível construir uma democracia que expresse o poder de todo o povo.

Buenos Aires, 24 de março de 2011.

